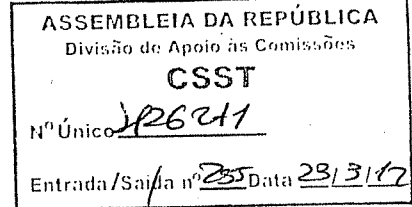


Purificação Nunes

De: SHIP - Actividades Culturais [ship.actividadesculturais@ship.pt]
Enviado: sexta-feira, 23 de Março de 2012 16:50
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: MANIFESTO 1.º de DEZEMBRO, COMUNICADO DA SHIP E CARTA DE MISSÃO (10 Medidas, anteriores e futuras, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, relativas à manutenção do Feriado do 1.º de Dezembro)
Anexos: COMUNICADO - 1DEZEMBRO.pdf; MEDIDAS.pdf; 120305 MANIFESTO 1 Dezembro FINAL (3).pdf

Exmos. Senhores



Para conhecimento de V. Exas , encarrega-me o Senhor Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal de remeter os anexos "Manifesto 1.º de Dezembro", "Comunicado" e "Carta de Missão", os quais contêm a posição desta Sociedade Histórica quanto à manutenção do Feriado Nacional do 1º de Dezembro de 1640, Dia da Restauração da Independência de Portugal.

Com os melhores cumprimentos
Ana Maria Proserpio

Serviços Culturais da Sociedade Histórica da Independência de Portugal
Palácio da Independência
Largo de São Domingos, n.º 11
1150-320 LISBOA
Tel. 213241470 Fax 213460754
E-mail: ship.actividadesculturais@ship.pt

COMUNICADO

O Dia 1.º de Dezembro – Dia da Restauração – é uma data que, a par do Dia 10 de Junho, une toda a Nação Portuguesa, em torno da sua Bandeira, do seu Hino, da sua História e dos seus Santos e Heróis.

O Dia 1.º de Dezembro constitui a origem e a matriz dos Feriados Oficiais Portugueses. Se não tivesse existido o Dia 1.º de Dezembro de 1640 não haveria 10 de Junho, 5 de Outubro ou 25 de Abril, pois a agenda dos Feriados Oficiais Portugueses coincidiria com a de Madrid.

Quanto muito, o Dia 10 de Junho seria o dia da Região Autónoma Portugal, que talvez mantivesse o título honorífico de Reino.

No corrente ano de 2012 e na segunda década do novo século, se os órgãos de soberania pretendem, coerentemente, manter a união de toda a Nação Portuguesa em torno dos pesadíssimos sacrifícios exigidos ao nosso velho Estado-Nação pela “troika” dos credores internacionais, então que não atentem contra a dignidade, a identidade, a individualidade e a auto-estima de Portugal e respeitem a sua História, os seus valores, quase milenares, bem como a afirmação da Língua e da Cultura Portuguesas, que ao Dia 1.º de Dezembro de 1640 devem a sua existência.

A SHIP – Sociedade Histórica da Independência de Portugal, criada há 150 anos por 40 patriotas, dos quais avulta a figura de Alexandre Herculano, tem por missão estatutária a defesa da independência, individualidade e identidade de Portugal, pelo que convoca e convocará as instituições da sociedade civil e os Portugueses, residentes em Portugal e na Diáspora, para que não permitam a abolição do mais importante e emblemático feriado nacional.

A I.ª República, logo nos seus primeiros dias de existência, criou o feriado do 1.º de Dezembro, coerentemente, mantido pelo Estado Novo e pela III República, ao longo de 37 anos. Respeitemos a correctíssima decisão das três Repúblicas.

Aliás, um Estado que não comemora, como o seu principal feriado, o Dia da Independência é um Estado sem dignidade nem valores.

Alguma vez os Estados Unidos pensariam em deixar de evocar o Independence Day.?

Recorde-se que a Guerra da Restauração não foi só contra a Espanha – na Terra e no Mar – mas também contra a França no Brasil e os Países Baixos no Brasil, em Angola e na Índia. A Restauração mobilizou a Nação Portuguesa, na Europa e no Ultramar, e combateu e venceu as potências que a ela se opuseram.

Por outro lado, na União Europeia a 27 são 18 os países cujo Dia Nacional – o feriado civil mais importante – assinala a respectiva fundação ou independência.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal apela, pois, ao patriotismo e sentido de Estado de todos os Deputados à Assembleia da República para que preservem o Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, que, em bom rigor, deveria ser o Dia de Portugal.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal criará, de imediato, a Comissão Comemorativa do Feriado Nacional do 1.º de Dezembro de 2012 – Dia da Restauração.

No caso do bom senso não vir a prevalecer na Assembleia da República – no que, obviamente, se não acredita – então a Sociedade Histórica da Independência de Portugal apelará ao Presidente da República para que oponha o seu veto político à disposição do Código do Trabalho que elimine o Feriado do 1.º de Dezembro de 1640 – Dia da Restauração – ao qual Portugal, a Língua e a Cultura Portuguesas devem a sua independência, identidade e afirmação.

Palácio da Independência, Lisboa, 9 de Março de 2012

CARTA DE MISSÃO

10 Medidas, anteriores e futuras, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, relativas à manutenção do Feriado do 1.º de Dezembro.

1. Em 1 de Dezembro de 2011, o Presidente da SHIP, José Alarcão Troni, defendeu, em discurso, nas Cerimónias Públicas dos Restauradores e do Palácio da Independência – nesta perante a representante do Presidente da República – a manutenção do Feriado do 1.º de Dezembro – Dia da Restauração – por ser a origem e matriz de todos os feriados civis. Não haveria 5 de Outubro, 25 de Abril, 1.º de Maio ou 10 de Junho se não tivesse existido a Restauração da Independência, em 1640, que devolveu a Portugal a sua soberania plena e à Língua e Cultura Portuguesas as respectivas autonomia e afirmação.
2. No próprio dia 1 de Dezembro de 2011, a Sociedade Histórica desencadeou um abaixo-assinado, que recolheu cerca de 2.000 assinaturas, o qual foi despachado pela Presidente da Assembleia da República para apreciação da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho, no âmbito da discussão e votação dos feriados civis e religiosos, matéria constante da Proposta de Lei do Código do Trabalho.
3. A posição da Sociedade Histórica, na defesa do Feriado do 1.º de Dezembro, foi, imediatamente, comunicada ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro Ministro, ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, aos Presidente e Secretários-gerais dos Partidos com representação parlamentar e aos líderes dos grupos parlamentares.
4. No âmbito da audição pública da Proposta de Lei do Código do Trabalho, reuniu, a 5 de Março de 2012, a requerimento de quarenta associados, em sessão extraordinária, a assembleia geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a qual aprovou a adesão da SHIP ao Manifesto, elaborado pelo Deputado José Ribeiro e Castro, que está a ser subscrito por seiscentos membros da sociedade civil, com óbvio destaque para os corpos sociais e associados desta patriótica instituição, cujo objecto estatutário é a defesa da Independência, individualidade e identidade de Portugal, bem como a afirmação da Língua e Cultura Portuguesas.
5. Ainda, no âmbito da audição pública da Proposta de Lei do Código do Trabalho, a Sociedade Histórica reiterou, em Comunicado de 9 de Março de 2012, a sua posição, de sempre, no sentido da manutenção do Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, documento que será enviado ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente e Secretários-gerais dos Partidos Políticos do arco Parlamentar, líderes dos grupos parlamentares, Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho, associados da SHIP, Conselho das Comunidades Portuguesas, principais parceiros sociais, órgãos de comunicação

social e a todos os Portugueses, residentes em Portugal e na Diáspora, estes através do “site” da Sociedade Histórica.

6. Criação, de imediato, pela Sociedade Histórica, da Comissão Organizadora das Comemorações do Feriado Nacional do 1.º de Dezembro de 2012.

7. Acompanhamento dos trabalhos parlamentares de discussão e votação da Proposta de Lei do Código de Trabalho, sensibilizando os Deputados de todos os Partidos Políticos, com representação parlamentar, para a importância e sentido patriótico do 1.º de Dezembro.

8. Contactar a RTP1, propondo a realização de um programa Prós e Contras sobre o Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, a RTP2 – programa Sociedade Civil, bem como a Imprensa Diária e não Diária, com especial relevo para a Imprensa Regional.

9. Fazer a declaração solene de que a Sociedade Histórica jamais baixará os braços, qualquer que seja a decisão final sobre o Feriado Nacional do 1.º de Dezembro, nem deixará de lutar pela reposição do feriado, caso seja abolido – o que Deus não permita – assim como não deixará de promover a celebração, no dia 1 de Dezembro de cada ano, da Restauração da Independência, enquanto houver um dos seus associados que seja sobrevivente. A declaração será acompanhada de abaixo-assinado dos sócios, comprometendo-se nesta opção.

10. No caso da Assembleia da República vir a eliminar o Feriado Nacional de 1 de Dezembro – o que se não crê – a Sociedade Histórica solicitará ao Presidente da República o veto político da deliberação.

Palácio da Independência, Lisboa, 9 de Março de 2012

MANIFESTO DO 1º DE DEZEMBRO, DIA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Viva Portugal! Viva a Restauração!

Não há mais importante para uma Nação do que a sua independência. Não há mais importante para um povo do que a sua liberdade.

Por isso, o 1º de Dezembro é o mais importante de todos os feriados nacionais. O 1º de Dezembro é o feriado *sine quod non*, o feriado nacional sem o qual nenhum outro existiria. Se não fosse o dia 1 de Dezembro, estaríamos condenados a comemorar o Dia da Hispanidade como “dia nacional” e em nenhum dia seríamos livres de celebrar Portugal.

Poderíamos festejar a independência e a liberdade com referência a um dos factos relevantes da fundação da nacionalidade no século XII ou com relação a algum dos momentos críticos e dramáticos da crise do interregno no século XIV. Mas desde há século e meio que escolhemos colectivamente celebrá-las com referência à data em que recuperámos a independência pátria, ao fim de sessenta anos de a termos perdido: a Restauração de 1640.

Por isso, o 1º de Dezembro é o mais antigo dos nossos feriados civis e o mais alto dos feriados patrióticos. Consolidou-se como marco pacífico da nossa vivência nacional e do nosso convívio colectivo. Atravessou regimes e mudanças políticas e sociais. Estabeleceu-se como facto do mais alto significado, que não podemos interromper, nem quebrar.

Este marco foi afirmado na linha do Manifesto que, em 1861, um punhado de quarenta patriotas, com Alexandre Herculano à cabeça da lista, lançou à consciência nacional para empreender as primeiras comemorações solenes, a partir da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, antecessora da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Hoje, poderíamos escrever muitas das palavras por que esses patriotas despertaram o espírito nacional:

«O povo portuguez, seguro da sua existência nacional, e cõscio dos imprescriptíveis direitos em que ella assenta, sem ter esquecido as heróicas acções com que seus antepassados conquistaram e mantiveram a independência da pátria, havia quasi apagado, pelo seu character humano e pacifico, a recordação pública de cruentas pelejas, que foram mais um desengano, entre tantos que a história accumula, de que a força e a ambição, por si sós, não lograram no mundo triumphos duradouros.» (...)

«Precisávamos, portanto, expor claramente a opinião unânime do povo portuguez, e assegurar aos homens e aos governos que se interessam no melhor regimento da família européa, que é ânimo e deliberação nossa defender a integridade do território que possuímos, não acceitando aggregações incongruentes com o character e tradições nacionais, e que nos empenhamos, quanto cabe em nossas faculdades e nol-o permitem os obstáculos da governação que todos os povos têm encontrado nos aperfeiçoamentos sociaes, por sermos dignos de fazer parceria com as nações civilisadas, tanto pelos nossos feitos passados como pela nossa vida contemporânea.»

No ataque de agora ao 1º de Dezembro, ouve-se comentar, em sussurros cúmplices, que, em tempo de União Europeia, “*não fica bem*” acentuar a independência nacional e celebrar uma vitória política e militar sobre a vizinha Espanha. Dizemos, sem hesitar, que é exactamente ao contrário.

Nada nos move contra a vizinha Espanha, com que desejamos viver em paz e boa cooperação, como Estados independentes, hoje unidos no mesmo projecto europeu. Basta-nos citar as palavras de Herculano e do Manifesto dos Quarenta, em 1861:

«Portugal, avivando e celebrando com mais solemnidade o aniversário da reconquista da sua Independência em 1640, nem pretende ferir o pundonor da briosa nação hespanhola, nossa amiga e aliada, nem resuscitar os ódios que outr'ora inimisaram os dois povos convisinhos.

Não quer reptál-a. Não leva a mão á espada. Unicamente aponta para o seu direito, e diz á Europa que está decidido a defendêl-o.»

Ao preservarmos e valorizarmos o dia em que celebramos, com Portugal inteiro, a Independência Nacional, aproximamo-nos – não nos afastamos – da esmagadora maioria dos Estados que compõem a União Europeia. Dos vinte e sete Estados-membros, são dezoito aqueles cujo Dia Nacional – o feriado civil mais importante – assinala a respectiva independência ou fundação. Dos nove que restam: uns são monarquias, em que o dia nacional corresponde ao aniversário oficial do Rei ou Rainha, símbolo vivo da própria individualidade nacional; outros, trata-se de países que nunca tiveram aqueles marcos, porque foi outra a História da formação dos respectivos Estados, como Áustria, Espanha, França ou Itália; e, mesmo entre estes, outros feriados há que celebram datas de libertação nacional e, às vezes, em dobro, como é o caso de França, Itália e Holanda. A única excepção na UE-27 é a Irlanda, cujo Dia Nacional é religioso, o *Saint Patrick's*, símbolo universal da identidade irlandesa. Se Portugal abolisse o feriado da independência, tornar-se-ia no único Estado-membro da União Europeia que, tendo conquistado a independência nacional e assinalando-a em feriado nacional, o apagaria da memória e do calendário oficiais. Pior seria impossível.

O 1º de Dezembro não é moeda de troca de negociações financeiras ou laborais – para tudo isso, na delicada situação do país, é possível e necessário encontrar melhores alternativas. O 1º de Dezembro é uma escolha patriótica e uma decisão nacional inapagável.

Acabar com o feriado do 1º de Dezembro seria atacar da pior forma a independência nacional de Portugal: seria feri-la no seu próprio espírito. Quando alguns falam de que Portugal caiu numa situação de “*protectorado*” e o quadro de endividamento diminui a liberdade de decisão de Portugal, não é tempo de apagar o espírito, a vontade e o brio da independência nacional – bem ao contrário, é o tempo de os celebrar, exaltar e fortalecer.

O dia em que assinalamos a nossa independência nacional, a data em que festejamos a nossa liberdade como povo liberto do jugo estrangeiro é o dia mais importante da nossa vida colectiva.

Aqui, não somos de esquerda, nem de direita – somos portugueses. Não somos da República, nem da Monarquia – somos por Portugal. O 1º de Dezembro a todos nos une e reúne. O 1º de Dezembro convoca-nos.

Lisboa, 5 de Março de 2012

Adalberto NEIVA DE OLIVEIRA (advogado, gestor)

Alexandre PATRÍCIO GOUVEIA (economista, gestor de empresas)

Aline GALLASCH-HALL (professora universitária, investigadora)

António GALVÃO LUCAS (engenheiro químico-industrial (IST), empresário)

António MENEZES CORDEIRO (advogado, juriconsulto e árbitro, professor catedrático)

António PINTO DA FRANÇA (diplomata)

Augusto CID (cartoonista)

Diogo FREITAS DO AMARAL (professor universitário, ex-vice-primeiro-ministro e ex-ministro, juriconsulto)

Eugénio RIBEIRO ROSA (médico, presidente do Conselho Superior da Sociedade Histórica da Independência de Portugal)

Filipe SOARES FRANCO (empresário)

Francisco de Bragança VAN UDEN (gestor)

Gonçalo PORTOCARRERO DE ALMADA (sacerdote católico)

Hélio LOUREIRO (cozinheiro, *chef*)

Henrique MOTA (livreiro, editor)

Isabel PONCE DE LEÃO (professora catedrática)

Jaime NOGUEIRA PINTO (professor universitário, escritor)

João BRAGA (cantor, agente cultural)

João Luís MOTA DE CAMPOS (advogado, ex-secretário de Estado)

Joaquim GRAVE (médico veterinário, gestor de sociedade agrícola)

Jorge RANGEL (professor do ensino superior, presidente do IIM – Instituto Internacional de Macau)

José ALARCÃO TRONI (advogado, presidente da direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal)

José BAPTISTA PEREIRA (tenente-general piloto aviador, presidente da mesa da Assembleia Geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal)

José GARCIA LEANDRO (general do Exército, curador e administrador da Fundação Jorge Álvares, ex-governador de Macau)

José João BRANDÃO FERREIRA (tenente-coronel piloto-aviador, piloto)

José LAMEGO (advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ex-secretário de Estado)

José LOUREIRO DOS SANTOS (general do Exército)

José RIBEIRO E CASTRO (advogado, deputado, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, ex-secretário de Estado)

Leonardo MATHIAS (embaixador jubilado, ex-secretário de Estado)

Manuel TAVARES (jornalista, director do "Jornal de Notícias")

Margarida GONÇALVES NETO (médica psiquiatra)

Maria Miguel SANTOS SILVA (licenciada em Direito, directora da Escola "Ave-Maria")

Matilde SOUSA FRANCO (museóloga, historiadora)

Nicolau SANTOS (jornalista, director-adjunto do "Expresso")

Nuno VIEIRA MATIAS (almirante)

Octávio RIBEIRO (jornalista, director do "Correio da Manhã")

Pedro QUARTIN GRAÇA (advogado, docente universitário)

Raquel HENRIQUES (professora de História, historiadora)

Renato EPIFÂNIO (professor universitário, presidente do MIL - Movimento Internacional Lusófono)

Ricardo SÁ FERNANDES (advogado, ex-secretário de Estado)

Rui PENA (advogado, ex-ministro)